

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.498 - SP (2019/0303457-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDA CACCAVALI MACEDO GAMA - SP199563
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIEL GOMES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIEL GOMES DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2166452-05.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 29/07/2019 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, porque se encontrava em posse de **13 frascos de lança perfume e 57 microtubos de cocaína** (e-STJ fl. 17).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte Estadual alegando, em síntese, que o decreto de prisão preventiva do paciente não possui fundamentação idônea e que o mesmo é detentor de circunstâncias favoráveis e foi apreendido com diminuta quantidade de tóxico.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 72):

Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva suficientemente fundamentada. Necessidade da manutenção da custódia para a garantia da ordem pública. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada.

Na presente oportunidade, a defesa reitera que o decreto de prisão preventiva do autuado é calcado em fundamentação inidônea, estando ausentes, no caso, os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312

Superior Tribunal de Justiça

do CPP). Lembra, novamente, que o acusado é primário, ostenta bons antecedentes e possui vínculo com a Comarca, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade e que, caso condenado, poderá vir a cumprir a pena em regime diverso do fechado.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente, com a expedição do competente alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, quanto à alegada ausência dos pressupostos da prisão preventiva, o Tribunal estadual manteve a prisão cautelar em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelas circunstâncias do flagrante, quando foram apreendidos em poder do autuado 3 frascos de lança perfume e 57 microtubos de cocaína, peso de 44g (e-STJ fl. 17), além do risco de reiteração delitiva do paciente, porquanto cumpriu, recentemente, medida socioeducativa por ato infracional análogo ao tráfico.

Confira-se (e-STJ fls. 72/73):

Como destacado, o auto de flagrante está em ordem e a r. decisão que converteu a prisão a prisão em flagrante em preventiva (fls. 35/39), está fundamentada nas circunstâncias fáticas e não na gravidade abstrata do delito. Destacou-se o cumprimento recente de medida socioeducativa por ato infracional equiparado a tráfico e, segundo entendimento pacífico, "(...) a preservação da ordem pública justifica a imposição da custódia cautelar quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de

Superior Tribunal de Justiça

consequência, sua periculosidade. Precedentes." (RHC 111.520/AL, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, 6.^a T., j. 25/06/2019, DJe 01/07/2019).

Nesse contexto, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade." (RHC 117.093/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 02/10/2019).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator